

ANÁLISE MULTISSISTÊMICA DAS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO

Lúcia Helena Peyroton da Rocha*
Gesieny Laurett Neves Damasceno**

Resumo: O processo conhecido como aposição é formado pela unidade A, base, e pela unidade B, apositiva, e tem sido tratado como uma relação gramatical constituída, predominantemente, por sintagmas nominais – embora possa se realizar como aposição não nominal e oracional. Neste trabalho, investigou-se a relevância da aposição na construção dos significados dos textos. Para dar conta dessa proposição, empreendemos uma descrição que buscou investigar o modo como as estruturas apositivas são ativadas em textos pertencentes ao gênero artigo de opinião e os sentidos que são construídos a partir dessas codificações. Para tanto, consideramos a correlação existente entre os sistemas gramatical, semântico e discursivo, vistos aqui como um complexo independente, porém não estanque. Os preceitos fundamentais do funcionalismo linguístico e os postulados da teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista constituíram-se como aportes teóricos das discussões instauradas aqui. Quanto ao objeto de investigação desta pesquisa, buscamos suporte nas proposições teóricas da Linguística Sistêmico-Funcional e no referencial analítico desenvolvido por Meyer (1992) e por Nogueira (1999). O *corpus* do trabalho foi formado por 55 ocorrências de aposições, extraídas de quatro artigos veiculados na revista *Veja*, no período de maio de 2007 a dezembro de 2008. As análises feitas quanto à frequência das codificações dos sistemas semântico, gramatical e discursivo entre as unidades em aposição permitiram ratificar a ideia de que as estruturas apositivas auxiliam, de maneira significativa, na construção dos sentidos dos textos, contribuindo para o cumprimento dos propósitos sócio-comunicativos dos gêneros textuais.

Palavras-chave: Funcionalismo linguístico. Aposição. Artigo de opinião.

Abstract: Apposition is a process whereby two elements (the basic, A, and the appositive, B) are placed side by side, and this process has been generally viewed as a grammatical construction primarily formed by noun phrases – though the process may be realized through non-nominal and sentence apposition. This study investigated the role of apposition in making meaning from texts. For this, opinion articles were analyzed in order to understand how appositive structures are activated in this genre and to which extent they contribute to the meanings generated. In this sense, the correlations between the grammatical, semantic and discourse systems were seen as an independent complex system, though a non-isolated one.

* Professora Doutora do Departamento do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo. UFES, Vitória, ES, Brasil, e-mail: lhpr@terra.com.br

** Doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, e-mail: gesieny@yahoo.com.br

The *theoretical basis* for this study was grounded on the principles of functional linguistics and the multisystem functional-cognitive theory, under the analytical framework developed by Meyer (1992) and Nogueira (1999). Our corpus was composed by 55 occurrences of appositions from 4 articles published by *Veja*, a weekly news magazine, covering the period from May 2007 to December 2008. The frequency analysis of the semantic, grammatical and discourse system codifications between the units of apposition lend support to the strong role appositionive structures play in the meaning making of texts, thus contributing to identifying the socio-communicative goal of a given genre.

Keywords: Functional linguistics. Apposition. Opinion articles.

Introdução

O processo conhecido como aposição é formado pela unidade A, base, e pela unidade B, apositiva, e tem sido tratado como uma relação gramatical constituída, predominantemente, por sintagmas nominais – embora possa se realizar como aposição não nominal e oracional. Para a tradição gramatical, a unidade B da aposição, isto é, o elemento sintático denominado *aposto*, refere-se a um elemento secundário, adicional e não fundamental para o entendimento do enunciado. Diferentemente dos chamados Termos Integrantes, que são exigências para que a oração tenha sentido completo, os Termos Acessórios, dentre os quais se encontra o aposto, têm efeito meramente informativo, e apesar de trazerem um dado novo à oração, não são indispensáveis à compreensão do texto (PINHEIRO, 1990; CUNHA, 1979).

Como já é sabido, os estudos tradicionais, não raro, misturam, indiscriminadamente, critérios sintáticos e semânticos em suas descrições e veiculam definições que, do ponto de vista do uso efetivo da linguagem, não abarcam a verdadeira relevância discursiva dos elementos linguísticos. Assim sendo, com vistas a investigar de forma mais sistemática a relevância da aposição na construção dos significados dos textos, empreendemos aqui uma descrição que objetiva investigar o modo como as estruturas apositivas são ativadas em textos pertencentes ao gênero artigo de opinião, e os sentidos que são construídos a partir dessas codificações. Para tanto, consideramos a correlação existente entre os sistemas gramatical, semântico e discursivo, vistos aqui como um complexo independente, porém não estanque, uma vez que funcionam juntos e articulados na língua.

Constituem-se aporte teórico das discussões instauradas aqui os preceitos fundamentais do funcionalismo linguístico e os postulados da teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista. Quanto ao objeto de investigação desta pesquisa, buscamos suporte nas proposições teóricas da Linguística Sistêmico-Funcional e no referencial analítico desenvolvido por Meyer (1992) e por Nogueira (1999). Em termos de categorização, adotamos o conceito de aposição proposto por Halliday e Matthiessen (2004), para quem tal construção se enquadra no tipo de relação lógico-semântica de Expansão por Elaboração, em que a cláusula secundária não introduz um elemento novo para o fato, mas fornece uma melhor caracterização para um que já está lá, reformulando-o, especificando-o, comentando-o, fornecendo-lhe exemplo, ou, ainda, adicionando-lhe atributo.

A amostra desta pesquisa é formada por 55 (cinquenta e cinco) construções apositivas retiradas do gênero jornalístico *artigo de opinião*. Os textos analisados foram publicados na revista *Veja*, no período de 09 de maio de 2007 a 31 de dezembro de 2008. O percentual de ocorrências das formas sintáticas, das relações semânticas e das funções textual-discursivas foi quantificado, a fim de que fosse possível estabelecer uma correlação entre a repetição desses fatores e as intenções comunicativas do gênero em questão.

Preceitos fundamentais do funcionalismo linguístico e da abordagem multissistêmica

Apesar de não se tratar de um bloco homogêneo, a concepção funcionalista da linguagem pode ser resumida nas seguintes premissas com que Givón (1995, p. 09) a caracteriza: a linguagem é uma atividade sociocultural; a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; a estrutura é não arbitrária, motivada e icônica; mudança e variação estão sempre presentes; o sentido é contextualmente dependente e não atômico; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável e não rígida; as gramáticas são emergentes; as regras de gramática permitem algumas exceções. O estudo acerca das estruturas apositivas que apresentamos aqui se enquadra na vertente funcionalista de análise linguística pelo fato de, entre outros aspectos, (i) investigar a correlação entre forma e função das unidades, ou seja, verificar o modo como os usuários da língua adaptam a estrutura linguística às suas intenções comunicativas; (ii) priorizar o estudo da língua no seu contexto real de uso e (iii) considerar as categorias a partir de um *continuum* de realização.

Na avaliação de Givón (2001), o método descritivo mais utilizado na análise gramatical tem sido, ao longo dos anos, o estudo de sentenças isoladas fora do contexto

comunicativo. Para ele, como qualquer outro método, este possui pontos positivos e negativos: na vertente negativa, se a gramática é de fato usada para codificar a coerência inter-oracional, este método desconsidera justamente os dados que podem ajudar a estabelecer a função pragmática dos morfemas e das construções. Na vertente positiva, Givón (2001) esclarece que não poderíamos iniciar uma análise do discurso natural sem ter antes obtido algum conhecimento preliminar sobre a estrutura da palavra (morfologia) e a estrutura da oração. De acordo com o autor, sem esses estudos, não saberíamos por onde começar e como segmentar o fluxo da fala natural.

Diferentemente das abordagens formalistas, que tendem a estudar as línguas como um objeto autônomo, a corrente funcionalista preocupa-se em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. Na análise de base funcionalista, os enunciados são relacionados às funções que desempenham na comunicação interpessoal. Dessa forma, os funcionalistas procuram trabalhar com dados reais da interação comunicativa, evitando analisar frases construídas, dissociadas do contexto efetivo de interação.

Segundo Furtado da Cunha (2009), o modelo funcionalista de análise linguística caracteriza-se por dois pressupostos fundamentais: (i) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; (ii) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico. Assim sendo, conforme explica a pesquisadora, para os funcionalistas, a língua não é vista como um conhecimento autônomo, independente do comportamento social; ao contrário, reflete uma adaptação, pelo falante, às diferentes situações comunicativas.

Para a abordagem multissistêmica, a língua é constituída por quatro sistemas, a saber: o sistema semântico, o sistema gramatical, o sistema lexical e o sistema discursivo (CASTILHO, 2010). Todos os sistemas da língua são conceituados por essa abordagem em sua independência uns em relação aos outros, ou seja, apesar de as interfaces serem consideradas, não existem regras de dependência. Em outras palavras, o léxico não governa a gramática, esta não governa a semântica ou o discurso, e assim sucessivamente.

A teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista pode ser definida pelos seguintes postulados (CASTILHO, 2010, p. 69):

1. *A língua se fundamenta num aparato cognitivo*: as línguas naturais representam em suas estruturas as categorias cognitivas de pessoa, coisa, espaço, tempo, movimento, visão, qualidade, quantidade, entre outras. A representação linguística dessas categorias muda de

língua para língua, ou no interior de uma mesma língua, ao longo de seu percurso histórico. Mas as categorias cognitivas permanecem, pois integram os atributos da raça humana.

2. *A língua é uma competência comunicativa*: entende-se por competência comunicativa a habilidade de veicular conteúdos informativos, exteriorizar sentimentos pessoais e expressar instruções que devem ser seguidas.

3. *As estruturas linguísticas não são objetos autônomos*: as estruturas linguísticas, por não serem objetos autônomos, podem ser descritas e interpretadas a partir das seguintes propriedades: (i) as estruturas são flexíveis e permeáveis às pressões do uso, combinando-se a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados com as estruturas emergentes; (ii) as estruturas não são totalmente arbitrárias; (iii) as estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaboração constante, através do processo de gramaticalização.

4. *As estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática*: a língua-enquanto-produto é um conjunto de categorias agrupadas em quatro sistemas: léxico, discurso, semântica e gramática. Esses sistemas são considerados autônomos uns em relação aos outros, ou seja, não se admite que um sistema derive de outro, nem se propõe uma hierarquia entre eles, rejeitando-se que haja relações de determinação entre eles.

5. *A explicação linguística deve ser buscada numa percepção pancrônica da língua*: a pancronia está ligada diretamente aos usos que fazemos das línguas. E como os usos se entroncam em práticas sociais, antropológicas, eles arrastam o passado para o presente. A explicação linguística, portanto, deve levar em conta os usos socialmente configurados.

6. *Um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos*: a articulação dos processos e dos produtos linguísticos captados pelos sistemas do léxico, do discurso, da semântica e da gramática se dá ao abrigo do chamado dispositivo sociocognitivo, explicável por meio dos princípios de ativação, desativação e reativação de propriedades. Os princípios sociocognitivos gerenciam os sistemas linguísticos, garantindo sua integração para os propósitos dos usos linguísticos, para a eficácia dos atos de fala. De acordo com esse dispositivo, o falante ativa, reativa e desativa propriedade lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais no momento da criação de seus enunciados, constituindo as expressões que pretende “pôr no ar”.

Tendo em vista esses apanhados teóricos, buscamos, por intermédio deste estudo, observar o modo como as estruturas apositivas são ativadas no interior dos sistemas

gramatical, semântico e discursivo¹, a fim de que os propósitos comunicativos dos artigos de opinião sejam mais eficazmente alcançados. O dispositivo sociocognitivo pode ser observado, por exemplo, no modo como os articulistas introduzem o referente no discurso (princípio da ativação), na forma como esse objeto discursivo é reelaborado, por meio da unidade B da aposição (princípio da reativação). O princípio de desativação pode ser percebido, a título de exemplificação, por intermédio dos argumentos sentenciais vazios, conforme ocorre no fragmento a seguir:

[1] A “Chimérica” – a relação simbiótica entre a China e os Estados Unidos – não apenas sobreviveu à crise, como [Ø] ganhou com isso (VEJA, Edição 2093).

Como o foco deste estudo é a aposição, concentramos nossos esforços em descrever os mecanismos de ativação e reativação referencial, por meio do dispositivo sociocognitivo.

A aposição na perspectiva funcionalista da linguagem

O quadro analítico das aposições à luz das premissas funcionalistas ainda não é muito expressivo, o que dificulta o estabelecimento de um panorama de como esse fenômeno é realmente visto pelos teóricos dessa corrente linguística. Para este trabalho, conforme foi mencionado, acolhemos as definições de Halliday e Matthiessen (2004) e os pressupostos metodológicos de Meyer (1992) e de Nogueira (1999), visto serem esses alguns dos expoentes no que tange ao tratamento desse fenômeno linguístico.

Apesar de restringirem suas análises às orações complexas, os postulados de Halliday e Matthiessen (2004) forneceram a este estudo o conceito de aposição, a partir de uma perspectiva funcionalista da linguagem.

Ao tratarem das orações complexas, Halliday e Matthiessen (2004, p. 373) argumentam que dois sistemas básicos determinam como uma cláusula é interligada à outra: o grau de interdependência e a relação lógico-semântica. No que diz respeito ao grau de interdependência, os autores dizem que as orações podem estar interligadas por *parataxe* ou *hipotaxe*. Halliday e Matthiessen (2004) denominam *parataxe* a relação entre dois elementos de *status* igual e, em contrapartida, a relação entre elementos de *status* diferente, um dependente e um dominante, eles chamam de *hipotaxe*.

¹ Por estar mais estreitamente vinculado ao processo de formação de palavras, não incluímos, neste artigo, a análise do sistema lexical.

Quanto ao sistema lógico-semântico, os autores expõem que, apesar de haver diferentes tipos de relações lógico-semânticas entre dois termos, é possível agrupá-las em um número pequeno de tipos gerais com base em duas relações fundamentais: a *projeção* e a *expansão*. A projeção ocorre quando a cláusula secundária se projeta através da cláusula principal que a apresenta como uma locução ou uma ideia. Por outro lado, ocorre a expansão quando a cláusula secundária expande a cláusula principal.

A expansão pode instanciar-se em uma *elaboração*, uma *extensão* ou um *realce*, conforme definição a seguir:

1. *Elaboração*: uma cláusula expande o significado de outra, especificando-o, comentando-o, reformulando-o, ou ainda, apresentando exemplos. A elaboração pode referir-se à primeira oração como um todo ou somente a parte dela.

2. *Extensão*: uma cláusula estende o significado de outra, adicionando a esta algum elemento novo, como uma exceção ou uma alternativa.

3. *Realce*: uma cláusula realça o significado de outra, fornecendo características circunstanciais de tempo, lugar, causa ou condição.

Halliday e Matthiessen (2004) resumem as ideias apresentadas acima no seguinte esquema:

Elaboração	=	(‘igual’)
Extensão	+	(‘adicionado à’)
Realce	x	(‘multiplicado por’)

Segundo esses estudiosos, a aposição enquadra-se no tipo de relação lógico-semântica de expansão por elaboração (=), em que, como foi dito, a cláusula secundária não introduz um elemento novo para o fato, como ocorre na relação por extensão (+), mas fornece uma melhor caracterização para um que já está lá, reformulando-o, especificando-o, comentando-o, fornecendo-lhe exemplo, ou, ainda, adicionando-lhe atributo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 395).

A elaboração tanto pode ser por *parataxe* como por *hipotaxe*. Em termos de significado, a elaboração por parataxe e a elaboração por hipotaxe são largamente complementares, abrangendo os diferentes aspectos da elaboração. A elaboração por parataxe pode ser subdividida em três tipos, a saber: *exposição*, *exemplificação* e *elucidação*.

No tipo *exposição*, a cláusula secundária reafirma, com outras palavras, a tese da cláusula principal. Pode apresentá-la a partir de outro ponto de vista, ou apenas reforçar a

mensagem. Na *exemplificação*, a cláusula secundária desenvolve a tese da cláusula principal, tornando-a mais específica, muitas vezes citando um exemplo. Já na *elucidação*, a cláusula secundária esclarece a tese da cláusula principal, apoiando-se com algum tipo de explicação ou comentário explicativo. Na categorização proposta pelos autores, a elaboração por exposição e a elaboração por exemplificação podem ser representadas como aposição entre cláusulas.

Para a análise apresentada, estendemos o conceito de aposição proposto Halliday e Matthiessen (2004) (i) às aposições nominais, em que as unidades A e B são codificadas por sintagmas nominais; (ii) às aposições com sintagma nominal em uma das unidades e oração na outra; e (iii) às aposições não nominais, em que as duas unidades apositivas são constituídas por orações.

A concepção de gênero textual e a caracterização do artigo de opinião

Optamos por centrar nossas análises acerca da aposição sobre a perspectiva de gêneros discursivos² porque esse enfoque engloba uma descrição da língua nos seus aspectos discursivos e enunciativos, e não somente em suas peculiaridades formais. Como bem esclarece Marcuschi (2003), o trabalho com gêneros segue uma concepção de língua como atividade social, cognitiva e histórica, e privilegia sua natureza funcional e interativa.

Por serem produtos da atividade humana, os textos encontram-se articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no interior das quais são produzidos. Desta forma, sendo os contextos sociais diversos e evolutivos, foram elaborados, ao longo da história, diferentes modos de fazer texto ou diferentes espécies de texto. Como informa Bronckart (2003, p. 72), diante dessa diversidade das espécies de texto, surgiu, desde a Antiguidade Grega até a atualidade, uma preocupação com sua delimitação e nomeação, que se traduziu na elaboração de múltiplas classificações, centradas, na maioria das vezes, na noção de gênero de texto (ou gênero de discurso).

Na Antiguidade, a noção de gênero aplicava-se apenas aos textos com valor social ou literário reconhecido, como os gêneros épico, poético, lírico etc. Entretanto, a partir dos estudos de M. Bakhtin, essa noção tem sido aplicada ao conjunto das produções verbais

² A discussão em torno da dicotomia *gênero textual* e *gênero discursivo* não se constitui como objetivo deste trabalho, por isso, utilizamos as expressões como sendo sinônimas.

organizadas, tanto às formas escritas (artigo científico, resumo, notícia, publicidade etc.), quanto às orais (exposição, relato de acontecimentos vividos, conversação etc.). A partir dessa concepção, qualquer espécie de texto pode atualmente ser designada em termos de gênero. Portanto, todo exemplar de texto observável pode ser considerado como pertencente a um determinado gênero.

Em termos bakhtinianos, todas as atividades humanas, por mais variadas que sejam, estão relacionadas ao uso da língua e, para Bakhtin (2000, p. 279), “a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana”. De um modo geral, para essa teoria, os enunciados se baseiam em formas-padrão relativamente estáveis de estruturação. Tais formas constituem os gêneros, tipos relativamente estáveis de enunciados, marcados sócio-historicamente, visto que estão diretamente relacionados às diferentes situações sociais e culturais. Não se pode, de acordo com Bakhtin (2000), tratar os gêneros do discurso fora da sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas.

Marcuschi (2008, p. 155) admite, com Bakhtin (2000), que os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas. O linguista explica que os gêneros textuais são os textos que encontramos diariamente e que “apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas”. Assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto, também é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, visto que toda manifestação verbal se dá sempre por meio de textos pertencentes a algum gênero.

Os gêneros textuais, no dizer de Marcuschi (2003, p. 20), caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais que por suas particularidades linguísticas e estruturais. O autor ressalta que tais entidades são de difícil definição formal, devendo ser caracterizadas por seus aspectos sociocomunicativos e funcionais. Entretanto, o autor enfatiza que isso não significa um desprezo pela forma, dado que, não raro, as formas determinam o gênero, assim como o suporte e o ambiente em que o texto aparece.

O gênero artigo de opinião pertence ao que se convencionou chamar de domínio discursivo jornalístico e é reconhecido como uma matéria jornalística em que alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião (CUNHA, 2003). Segundo Melo (1985, p. 92), dois elementos são específicos ao artigo de opinião jornalístico: (i)

atualidade – apesar de obter liberdade de conteúdo e de forma, o articulista deve tratar de fatos ou ideias da atualidade, isto é, do momento histórico vivido; (ii) opinião – o ponto de vista que alguém expõe é a significação maior do gênero. A avaliação emitida vincula-se à assinatura do autor e não pode estar oculta, eventualmente dissimulada na argumentação, mas deve apresentar-se claramente, explicitamente.

Quanto aos artigos analisados, um olhar mais criterioso sobre o modo como as opiniões são elaboradas nos textos demonstra que os articulistas emitem seus pontos de vista de maneira bastante categórica, o que revela maior comprometimento em relação ao conteúdo enunciado. No que tange, por exemplo, às escolhas lexicais, se percebe uma relativa liberdade de seleção. A fim de desenvolverem sua argumentação e explicitarem suas ideologias, não poucas vezes os autores lançam mão de adjetivações com teor pejorativo, como é possível ver no fragmento a seguir, em que o termo *idiotas* é utilizado para caracterizar os latino-americanos:

- [2] Os *idiotas* latino-americanos tradicionalmente se identificam com os caudilhos, figuras autoritárias quase sobrenaturais que têm dominado a política da região, vociferando contra a influência estrangeira e as instituições republicanas (VEJA, Edição 2007).

As escolhas lexicais revelam ainda que a autoridade do articulista sobre o tema proposto é ressaltada por meio de um vocabulário mais técnico e rebuscado, como vemos no fragmento abaixo:

- [3] Esse lapso intelectual seria praticamente inócuo se não tivesse consequências. Mas, pelo fato de legitimar um tipo de governo que está no âmago do subdesenvolvimento econômico e político da América Latina, esse lapso se constitui numa forma de traição intelectual (VEJA, Edição 2007).

Além de instaurarem opinião e autoridade através das escolhas lexicais, os artigos de opinião emitem posicionamento por meio da semântica do deboche e da ironia, como se vê no fragmento [4], em que o locutor, por intermédio de uma pergunta retórica, infere que o presidente do Congresso Nacional não foi devidamente julgado devido à troca de favores entre alguns políticos brasileiros.

[4] Assim, quando se trata dos outros, somos implacáveis e a eles aplicamos sem hesitar as normas universais do mundo da rua. Maximizamos a dimensão impessoal da ofensa e tratamos a pessoa como um indivíduo: um mero cidadão também sujeito à lei. Mas, quando são os nossos, eles são vítimas da imprensa, meros aloprados, ou crianças. *Como se quer julgar o presidente do Congresso Nacional, se ele é nosso colega, amigo e nos favoreceu em inúmeras situações?* (VEJA, Edição 2021).

Tendo em vista as especificidades do gênero selecionado e os recursos utilizados na elaboração de sua cadeia argumentativa, investigaremos o modo como as construções apositivas são ativadas nos sistemas constitutivos da língua e quais significados são construídos no interior dos artigos de opinião selecionados.

As estruturas apositivas e a construção de significados nos artigos de opinião

Constitui-se objetivo desta seção descrever o modo como as diferentes codificações das unidades apositivas auxiliam na construção dos significados dos artigos de opinião analisados. Para tanto, conforme temos dito, consideramos esse fenômeno linguístico à luz da análise dos sistemas semântico, gramatical (sintático) e discursivo.

O sistema semântico das construções apositivas

Neste trabalho, assumimos com Meyer (1992) e Nogueira (1999) uma análise semântica das construções apositivas baseada na abordagem cognitivista de categorização por protótipos. Essa perspectiva de gramática não discreta, diferentemente da teoria clássica (elaborada por Aristóteles e retomada pela Gramática Gerativa), não busca determinar se uma estrutura pertence ou não à categoria das construções apositivas, mas procura trazer algumas reflexões sobre a extensão em que uma determinada estrutura pertence a essa categoria. A teoria dos protótipos permite acomodar novas estruturas, que são associadas a uma categoria prototípica (às vezes, como membro periférico), sem necessariamente exigir uma reestruturação do sistema categórico.

Para fins de análise, ponderamos, a partir das considerações dos autores supracitados, uma escala semântica que considera as seguintes relações semânticas:

- (i) *Correferência*, em que os elementos em aposição se referem a uma mesma entidade que constitui o referente do discurso;
- (ii) *Sinonímia*, em que ocorre a equivalência semântica do ponto de vista do falante;

basta como meio de apontar para seu referente –, nem sempre, porém, a identificação do referente a que se aplica um nome próprio se faz sem o uso de outros signos que o determinem, qualifiquem ou especifiquem. Conforme foi demonstrado nos exemplos [5] e [6], é comum o usuário da língua vincular ao nome próprio uma expressão capaz de substituí-lo na identificação do respectivo referente – *a chanceler alemã* e *ex-secretário do Tesouro*. Todavia, como bem evidencia Azeredo (2003), a utilidade discursiva dessas expressões não está no fato de apontar para o mesmo referente do nome próprio – o que as tornaria redundantes e dispensáveis – mas no de adicionar uma informação relevante na situação comunicativa.

É provável que a ocorrência frequente dessas configurações positivas se justifique pelo fato de os temas dos artigos de opinião estarem especificamente vinculados à política e à economia. Nessas áreas de atuação, a titulação ou o cargo que o indivíduo possui ou exerce é uma informação de grande importância, visto ser esse rótulo que lhe outorga autoridade e, conseqüentemente, atribui maior valor aos seus comentários e às suas tomadas de decisão. Assim, em [5], a manifestação de desaprovação de Angela Merkel em relação ao déficit americano excessivamente grande possui maior valor argumentativo pelo fato de ser ela a chanceler alemã. Da mesma forma, em [6], os temores de Robert Rubin em relação à crise econômica americana só se configuraram mais relevantes por ser ele o ex-secretário do Tesouro, situação que confere a Rubin maior autoridade sobre o tema em questão. Vista dessa forma, como resume Azeredo (2003, p. 25), “a aposição vem assim em socorro de um complexo mecanismo referencial-interpretativo que a simples menção do nome próprio não é suficiente para desencadear”.

Classificamos as construções supracitadas como um dos protótipos da aposição pelo fato de apresentarem o maior número possível dos traços característicos dessa categoria, de acordo com teste sugerido por Meyer (1992), cujos postulados são resumidos a seguir:

(i) A primeira unidade da aposição pode ser suprimida:

[5a] *Angela Merkel*, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande.

[6a] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *ex-secretário do Tesouro*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade.

(ii) A segunda unidade da aposição pode ser suprimida:

[5b] *A chanceler alemã*, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande.

[6b] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *Robert Rubin*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade.

(iii) As unidades da aposição podem ser permutadas:

[5c] Angela Merkel, a chanceler alemã, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande.

[6c] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *ex-secretário do Tesouro, Robert Rubin*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade.

Como já foi mencionado, a supressão de um dos elementos da aposição é possível do ponto de vista sintático/formal das construções, todavia, do ponto de vista discursivo, esse apagamento acarreta consequências significativas para o sentido geral do enunciado, visto que todas as unidades apositivas apresentam importante valor argumentativo/persuasivo no ato comunicativo.

Os exemplos citados, neste trabalho, demonstram que a relação semântica de correferência exerce uma função indispensável na situação comunicativa, a saber, a de promover uma apresentação mais explícita do referente discursivo, garantindo sua assimilação plena por parte do interlocutor. Mas, além disso, a correferência desempenha, ainda, importante papel argumentativo/persuasivo, visto que, a qualquer ato de referenciação corresponde necessariamente uma intenção de sentido. Assim, ao ativar os sintagmas, estabelecendo uma relação de identidade referencial entre eles, o enunciador apresenta uma percepção do objeto discursivo, segundo o ponto de vista que melhor se ajusta às suas intenções.

Quanto às demais unidades semânticas, a relação de atribuição apresentou, nos artigos analisados, o segundo maior percentual de frequência, representando 33% do total das ocorrências. Por ser esta uma relação em que os enunciadores reativam o objeto discursivo sob uma nova perspectiva, evidenciando suas atitudes, crenças e julgamentos em relação ao

referente, o propósito comunicativo do gênero artigo de opinião justifica o uso expressivo dessa relação semântica. São exemplos de atribuição nos artigos:

[7] A cada sete anos, Deus disse a Moisés, *os filhos de Israel não deveriam nem semear seus campos, nem podar suas videiras – uma espécie de recessão auto-imposta* (VEJA, Edição 2093).

[8] O Idiota também credita a Chávez a mais progressista de todas as políticas – ter colocado *as Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico*, para trabalhar em programas sociais (VEJA, Edição 2007).

A relação semântica de sinonímia foi responsável por 13% das ocorrências. Quando não está seguro de que o teor da unidade A será bem interpretado, o enunciador reativa o conteúdo dessa primeira unidade, por meio da reformulação, a fim de oferecer ao seu interlocutor um sentido mais específico e esclarecido. Seguem alguns exemplos desse recurso semântico nos artigos de opinião:

[9] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização* – impregnou a mente européia (VEJA, Edição 2007).

[10] *Esse caráter assimétrico da crise global – o fato de que o choque foi maior na periferia que no epicentro* – teve lá suas desvantagens para os Estados Unidos, é verdade (VEJA, Edição 2093).

Em [9] e [10], o autor insere as reformulações com o intuito de atribuir maior precisão conceitual aos sintagmas *O mito do bom selvagem* e *Esse caráter assimétrico da crise global*. A relação de sinonímia demonstra a preocupação do autor em tornar o seu texto acessível a todos os leitores da revista Veja – de onde foram retirados os textos. Por ter consciência de que essa não é uma revista destinada a um público específico (portanto, com conhecimentos prévios), mas é lida por pessoas de diversos segmentos da sociedade, o locutor, através das explicações definidoras, torna o texto mais didático e, portanto, mais compreensível. O fato de as reformulações exigirem mais detalhamento do conteúdo enunciado justifica a maior ocorrência de formas sintáticas do tipo *SN definido + Oração*, como mostram os fragmentos anteriormente citados.

A relação de inclusão apresentou frequência de 11% do total de ocorrências. No *corpus* analisado, as exemplificações e as particularizações tipificaram essa relação, conforme demonstram, respectivamente, as orações a seguir:

[11] Por causa da inexorável passagem do tempo, os jovens idiotas latino-americanos preferem as baladas pop de Shakira aos mambos do cubano Pérez Prado e não cantam mais *hinos da esquerda, como A Internacional e Hasta Siempre, Comandante* (VEJA, Edição 2007).

[12] *As outras instituições criadoras de crédito – especialmente os mercados para títulos lastreados em ativos financeiros – estavam praticamente paralisadas* (VEJA, Edição 2093).

Nas exemplificações supracitadas, por ser o significado da primeira unidade mais amplo, a segunda unidade exerce a função de especificá-lo, auxiliando, assim, na construção da referência. Já nas particularizações, a segunda unidade apositiva exerce a função de enfatizar uma parte do conjunto de referentes designados pela primeira unidade. Como foi dito, em relação à aposição prototípica, a inclusão é a mais periférica, pois somente a segunda unidade pode ser suprimida e raramente os elementos apositivos podem ser permutados.

O sistema gramatical (sintático) das construções apositivas

No que diz respeito às propriedades sintáticas, as construções apositivas presentes nos artigos de opinião apresentaram grande diversidade formal, reunindo diferentes tipos de configuração, que são considerados, em relação à aposição prototípica, mais ou menos apositivos. A tabela a seguir exhibe a distribuição das estruturas sintáticas apositivas:

Tabela 01 – Configurações sintáticas das construções apositivas nos artigos de opinião

FORMAS SINTÁTICAS DAS APOSIÇÕES	Nº	%
SN (com artigo definido) + SN (subst. próprio)	9	16
SN (subst. próprio) + SN (det. zero)	7	13
SN (com artigo definido) + SN (com artigo definido)	5	09
SN (com artigo definido) + Oração	4	08
SN (com artigo definido) + SN (det. zero)	3	06
SN (com artigo indefinido) + SN (com artigo indefinido)	1	02
SN (com artigo indefinido) + Oração	2	03
SN (nome próprio) + SN (com artigo definido)	1	02
SN (nome próprio) + SN (artigo indefinido)	1	02
SN (nome próprio) + Oração	1	02
SN (det. zero) + SN (com artigo definido)	2	03
SN (pronome possessivo) + SN (com artigo definido)	1	02
SN (det. zero) + SN (det. zero)	1	02
SN (pronome possessivo) + SN (subst. próprio)	1	02
SN (com numeral) + SN (com artigo definido)	1	02
SN (com numeral) + SN (subst. próprio)	1	02
SN (com numeral) + SN (det. zero)	1	02
SN (com numeral) + SN (com artigo definido)	2	03
SN (com pronome demonstrativo) + Oração	1	02

SN (com pronome demonstrativo) + SN (subst. próprio)	1	02
Sintagma preposicionado + Oração	2	03
Sintagma preposicionado + SN (artigo indefinido)	2	03
Oração + SN (det. zero)	1	02
Oração + SN (artigo indefinido)	2	03
Oração + Oração	2	03
TOTAL	55	99

A partir da tabela 01, é possível ver que as estruturas que apresentam sintagmas nominais com artigo definido na unidade A e sintagmas nominais com substantivo próprio na unidade B da aposição foram as mais frequentes nos artigos de opinião: 16%. As orações em [13] e [14] exemplificam esse tipo de estruturação sintática:

[13] *O presidente francês, Nicolas Sarkozy*, falou na cúpula do G-20 em Washington como se pudesse salvar a economia mundial sozinho (VEJA, Edição 2093).

[14] *O primeiro-ministro inglês, Gordon Brown*, tentou dar uma impressão semelhante, reivindicando a autoria da política de recapitalização bancária (VEJA, Edição 2093).

De acordo com algumas gramáticas normativas da língua portuguesa, uma das unidades da aposição, o componente sintático aposto, é um mero termo acessório pelo fato de esse elemento poder ser suprimido da oração sem trazer danos ao sentido do enunciado (CUNHA, 1979). Se for considerado apenas o critério sintático, as aposições com correferência estrita, como as mencionadas em [13] e [14], por se enquadrarem no protótipo de aposição – segundo os critérios sugeridos por Meyer (1992) –, realmente podem ter qualquer uma das unidades apagada. Todavia, se também for levado em conta o aspecto discursivo das construções, conforme foi mencionado, esse apagamento pode comprometer a referência, como vemos nos exemplos abaixo, retirados do *corpus* deste estudo:

[15] Por sua vez, *o secretário do Tesouro, Henry Paulson*, revelou-se um discípulo inconsciente de John Maynard Keynes, promovendo um enorme déficit governamental, num esforço não apenas para socorrer o setor financeiro, mas também para prover um substituto do setor público para o consumo do setor privado, que vem caindo sensivelmente (VEJA, Edição 2093).

[16] Houve alvoroço quando *o secretário do Tesouro, Timothy Geithner*, requisitou 300 bilhões de dólares adicionais para dar novas injeções de capital ao Citigroup, ao Bank of America e aos outros sete grandes bancos, apenas uma semana depois de impor uma sofrida "megafusão" à indústria automobilística (VEJA, Edição 2093).

Em [15] e [16], o autor utiliza um mesmo sintagma definido – *o secretário do Tesouro* – para designar dois referentes distintos: *Henry Paulson* e *Timothy Geithner*. Por serem construções que estão inseridas em um mesmo texto (*2009, o ano da Grande Repressão*), a importância discursiva da segunda unidade da aposição é evidenciada, visto que, se esta for apagada, o autor do artigo não tem a garantia de que o seu interlocutor identificará o verdadeiro referente. Portanto, somente a partir do contexto (com certo grau de dificuldade) e, mais imediatamente, a partir da unidade B da aposição, o leitor pode distinguir os dois referentes: o primeiro como sendo o secretário do Tesouro americano no governo de George W. Bush, e o segundo, o secretário do Tesouro americano no atual governo, o de Barack Obama.

A forma sintática *SN substantivo próprio + SN determinante zero* representou a segunda maior ocorrência nos artigos, ou seja, 13% do total de aposições. Apesar de ter configurado, em algumas construções, a relação semântica de atribuição, conforme é demonstrado em [17], na maioria dos casos, essa estrutura codificou a relação de correferência, como nos mostra o fragmento [18]:

[17] Com a separação precoce dos pais, ganha um padrasto oriental e vai viver na *Indonésia, país asiático distante e remoto*, e posteriormente retorna, ainda criança, para ser criado por um casal de idosos brancos – seus avós maternos. Esse legítimo Ph.D. em diversidade humana vai depois estudar em duas universidades de ponta de seu país, Columbia e Harvard, onde conviveu com parte importante da elite branca dos Estados Unidos (VEJA, Edição 2086).

[18] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *Robert Rubin, ex-secretário do Tesouro*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade (VEJA, Edição 2093).

A terceira maior ocorrência, a forma sintática *SN com artigo definido + SN com artigo definido*, representou 9% do total de ocorrências. Embora a utilização de dois sintagmas com artigo definido normalmente codifique a típica relação de correferência estrita, nos artigos selecionados, essa configuração também reuniu as relações de sinonímia – exemplo [19] – e inclusão – exemplo [12]:

[19] *A "Chimérica" – a relação simbiótica entre a China e os Estados Unidos* – não apenas sobreviveu à crise, como ganhou com isso. Ainda que alguns liberais ficassem assombrados com a decisão do presidente Obama de participar da primeira cúpula do G-2 em Pequim, em abril, a maioria reconheceu que o comércio

deveria se sobrepor à questão do Tibete em um período de crise econômica como aquele (VEJA, Edição 2093).

- [12] *As outras instituições criadoras de crédito – especialmente os mercados para títulos lastreados em ativos financeiros* – estavam praticamente paralisadas (VEJA, Edição 2093).

Conforme foi demonstrado na Tabela 1, as construções apositivas presentes nos artigos de opinião analisados apresentaram grande diversidade quanto à estruturação sintática. Essa formalização bastante pulverizada pode ser justificada pelo fato de os artigos de opinião veiculados na revista *Veja* serem linguisticamente mais elaborados, o que exige do autor maior variação em relação às escolhas linguísticas e, conseqüentemente, das configurações formais.

O sistema discursivo das estruturas apositivas

As construções apositivas manifestam diferentes funções textual-discursivas. Para Nogueira (1999, p. 181), as principais funções são: (i) reformulação (paráfrase referencial, paráfrase linguística, inclusão e correção), (ii) identificação e (iii) avaliação (referenciações anafóricas e catafóricas). Neste estudo, assumimos com a autora basicamente a mesma tipologia das funções textual-discursivas associadas ao emprego das aposições, entretanto, no que diz respeito à função de avaliação, julgamos importantes algumas considerações.

Um estudo mais sistemático das construções que compõem o *corpus* em análise permitiu observar que as funções textual-discursivas das unidades em aposição não ocorrem de forma excludente. Um número considerável de ocorrências faz perceber que essas funções coexistem. Tendo em vista essa constatação, adotaremos neste trabalho, além das classificações sugeridas por Nogueira (1999) – reformulação, identificação e avaliação –, três subclasses para a função de avaliação. São elas: (i) *avaliação* – o locutor intenciona apenas emitir um juízo de valor; (ii) *avaliação/identificação* – o locutor introduz um referente e faz uma avaliação a respeito desse referente e (iii) *avaliação/reformulação* – o locutor busca garantir a compreensão do conteúdo e emite uma avaliação acerca do enunciado.

No gênero artigo de opinião, as funções de reformulação e avaliação apresentaram percentual idêntico: 47% do total de ocorrências. O percentual das funções textual-discursivas das aposições nos artigos está estritamente relacionado às intenções comunicativas desse gênero discursivo, como demonstrarão as discussões que se seguem.

A partir da noção de *contexto de situação* proposta pela Teoria Sistêmica (BUT, 2000), temos defendido a premissa de que o gênero artigo de opinião se caracteriza pelos seguintes aspectos: (i) quanto à natureza da prática social, pela defesa de um ponto de vista representando a opinião de um especialista no tema em questão; e, (ii) quanto à natureza da ligação entre os participantes, pela autoridade e pela liberdade conferidas ao escritor para opinar. Dito de outra forma, o artigo de opinião cumpre, basicamente, dois propósitos comunicativos: opinar sobre um tema que esteja em voga na atualidade e, também, trazer informações aos leitores – ainda que essas informações estejam carregadas de direcionamentos argumentativos, conforme veremos adiante.

Acerca da caracterização das funções textual-discursivas, faz-se importante mencionar o fato de a função de reformulação possuir em sua base as relações semânticas de correferência (estabelece uma paráfrase referencial), de sinonímia (estabelece uma paráfrase não referencial, em que há equivalência semântica) e de inclusão (o significado do segundo elemento está incluído no significado do primeiro). De acordo com o que já temos observado a respeito dessas relações semânticas, podemos concluir que as construções apositivas com função de reformulação desempenham, no texto, o papel de levar o interlocutor à compreensão plena do conteúdo da referenciação. Assim, quando o autor não está seguro de que o seu interlocutor entendeu o sentido pretendido ou identificou o referente mencionado, ele insere uma explicação definidora ou uma expressão que funcione como um reforço ao referente. São exemplos da função de reformulação encontrados nos artigos:

[20] Ben Bernanke, o presidente *do Fed, o banco central americano*, está aplicando a lição de Milton Friedman e Anna Schwartz em *História Monetária dos Estados Unidos* – um livro cujo argumento é o de que a Depressão foi, em grande medida, culpa do Fed daquele período, que não injetou liquidez em um sistema bancário a ponto de implodir (VEJA, Edição 2093).

[9] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização* – impregnou a mente européia (VEJA, Edição 2007).

No exemplo [20], o autor utiliza, na segunda unidade, uma paráfrase referencial para reforçar a identificação do referente. Já em [9], o articulista utiliza uma paráfrase não referencial, ou seja, uma expressão com equivalência semântica, para melhor definir a referenciação da primeira unidade. Quando o conteúdo de uma expressão é reformulado, além de garantir a compreensão do enunciado por parte do leitor, o autor, na maioria das vezes,

insere uma informação nova, ampliando, assim, o estoque de informações para seu interlocutor. Esse tipo de aposição é empregado nos artigos de opinião porque, além de avaliativos, esses textos também são informativos.

Quanto à função de avaliação, a frequência expressiva dessa função discursiva nos artigos analisados reforça a máxima de que há, nos artigos de opinião, maior comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo que profere. A função discursiva de avaliação representou 47% do total de ocorrências.

Os três tipos de avaliação considerados (avaliação, avaliação/identificação e avaliação/reformulação) apontam para a coexistência de funções discursivas numa mesma construção e para as diferentes estratégias de intervenção avaliativa. Na avaliação, propriamente dita, o falante aduz, na unidade B da aposição, um juízo de valor em relação ao que está posto na unidade A, como vemos a seguir:

[21] *Enquanto o Idiota latino-americano não for relegado aos arquivos históricos – algo difícil de acontecer enquanto tantos espíritos condescendentes no mundo desenvolvido continuarem a lhe dar apoio –*, isso não vai mudar (VEJA, Edição 2007).

[22] *Ou as perdas foram desinfladas, numa contabilidade que atribui valor nominal e não de mercado aos ativos – artifício necessário, dada a evaporação completa dos mercados para certos papéis –*, ou aconteceram em algum lugar fora do sistema bancário. Seja lá qual for a alternativa correta, o sistema de crédito quebrou (VEJA, Edição 2093).

Nos fragmentos acima, as expressões *algo difícil de acontecer* e *artifício necessário* veiculam claramente a opinião dos locutores em relação ao que está postulado anteriormente. Os autores não fornecem, juntamente com a avaliação, nenhuma outra informação que contribua com a referenciação propriamente dita, apenas avaliam o que foi dito em A e justificam suas manifestações através das expressões *enquanto tantos espíritos condescendentes no mundo desenvolvido continuarem a lhe dar apoio* e *dada a evaporação completa dos mercados para certos papéis*.

Na chamada avaliação/reformulação, ocorre a coexistência de duas funções discursivas, visto que, além de emitir uma avaliação, o autor insere um reforço à identificação do referente, como mostram os trechos abaixo:

[23] *O falecido Gerald D. Feldman, a maior autoridade mundial no estudo da hiperinflação alemã de 1923*, traçou um paralelo entre o antigo Yovel hebreu e a

liquidação de todos os títulos de dívida em marcos como resultado do colapso da moeda alemã (embora, como ele mesmo prontamente admitia, os perdedores não tenham ficado nem um pouco jubilosos) (VEJA, Edição 2093).

[24] Assim, quando se trata dos outros, somos implacáveis e a eles aplicamos sem hesitar as normas universais do mundo da rua. Maximizamos a dimensão impessoal da ofensa e tratamos a pessoa como *um indivíduo: um mero cidadão também sujeito à lei* (VEJA, Edição 2021).

Em [23], a unidade B da aposição, além de esclarecer que o falecido Gerald D. Feldman era um estudioso da hiperinflação alemã de 1923, emite um julgamento do autor em relação ao referente: ele era a *maior autoridade mundial no estudo da hiperinflação*. Em [24], ocorre o mesmo processo: o autor, além de esclarecer que um indivíduo é um cidadão sujeito à lei, emite uma avaliação: um indivíduo é um *mero cidadão*, ou seja, uma pessoa sem privilégios ou regalias.

Na função de avaliação/identificação, as funções de avaliação e identificação coexistem. Nessas construções, a avaliação do articulista aparece na primeira unidade da aposição, como em:

[8] O Idiota também credita a Chávez *a mais progressista de todas as políticas – ter colocado as Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico, para trabalhar em programas sociais* (VEJA, Edição 2007).

[25] Observadores estrangeiros estão deixando de compreender *um ponto essencial: o populismo latino-americano nada tem a ver com justiça social* (VEJA, Edição 2007).

Nos exemplos supracitados, a função de identificação caracteriza-se pela construção de referentes no discurso: a primeira unidade introduz uma referência que será especificada pela segunda. Apesar de os termos indefinidos serem normalmente utilizados para introduzir um referente no discurso, como ocorre em [25], e os definidos, para retomar um referente já estabelecido, algumas vezes, como adverte Nogueira (1999), um primeiro elemento pode apresentar-se como definido, mas são os elementos da segunda unidade que lhe atribuem especificidade. Essa advertência é passível de ser constatada em [8], em que a unidade B – *ter colocado as Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico, para trabalhar em programas sociais* – especifica a unidade definida veicula em A – *a mais progressista de todas as políticas*.

A função de identificação é caracterizada por criar um ambiente de expectativa em relação ao que será dito. Por intermédio da catáfora, o locutor focaliza o conteúdo enunciado,

chamando mais a atenção do seu leitor. Mas além do ambiente de expectativa, nos casos supracitados, há, também, uma avaliação por parte do locutor explicitada no uso das expressões *a mais progressista de todas as políticas e um ponto essencial*.

O alto índice de ocorrência das funções de reformulação e avaliação no gênero artigo de opinião (ambas com 47% de representatividade) verificado neste trabalho faz coro com os achados de Meyer (1992) e Nogueira (1999) e endossa o fato de as estruturas apositivas estarem a serviço dos propósitos comunicativos dos gêneros discursivos. Além disso, os dados apresentados aqui reforçam a premissa de que as escolhas linguísticas não são feitas de forma aleatória e, muito menos, possuem caráter acessório, visto que elas codificam significados muito bem definidos.

Considerações finais

Embasados nos estudos de Meyer (1992) e Nogueira (1999) em relação aos aspectos formais, semânticos e discursivos da aposição, propusemo-nos a investigar as correlações existentes entre as construções apositivas e os propósitos comunicativos do gênero artigo de opinião. No que tange às propriedades sintáticas, observamos que a frequência de construções apositivas que apresentam um sintagma nominal definido nas duas unidades foi significativamente a mais alta: representou 38% das ocorrências. Por tal configuração sintática codificar, na maioria dos casos, a correferência estrita, os números demonstram que a principal função da aposição nos artigos de opinião é a de garantir a plena identificação dos referentes por parte do interlocutor para que a comunicação ocorra de forma satisfatória.

A descrição sistemática dos dados permitiu observar ainda que, nesse contexto particular de interação, as construções apositivas apresentam codificações sintáticas bastante pulverizadas, o que pode ser um indício de maior flexibilidade nas escolhas linguísticas. Todavia, apesar dessa diversidade sintática, as configurações *SN com artigo definido + Oração* e *SN com artigo definido + SN com determinante zero*, que codificam, na maioria das ocorrências, a relação semântica de atribuição, apresentaram percentual bastante significativo: 14%.

Quanto às relações semânticas, chamamos especial atenção para a frequência da função de atribuição, que representou 33% do total de ocorrências. Por ser essa uma relação que evidencia as crenças do locutor em relação ao tema debatido, defendemos a hipótese de

que o percentual possui relação com o fato de os artigos de opinião se distinguirem pelo fato de apresentarem um maior comprometimento opinativo.

Assim como ocorreu com a relação semântica de atribuição, a função textual-discursiva de avaliação apresentou índice de ocorrência bastante significativo, chegando a representar 47% do número de ocorrências. Mais uma vez, atrelamos esse resultado aos propósitos comunicativos do gênero discursivo: por se tratar de um texto assinado, o artigo confere maior liberdade ao seu autor em relação aos juízos emitidos e, também, ao modo de expressão verbal (MELO, 1985). Diferentemente, por exemplo, dos editoriais, que veiculam a opinião da entidade jornalística acerca de um determinado tema, os juízes de valores publicados nos artigos de opinião são de responsabilidade do articulista, por isso, os textos emitem opiniões e avaliações de forma menos velada.

Considerando os resultados encontrados neste estudo e nos estudos de Meyer (1992) e Nogueira (1999) quanto às formas sintáticas, às relações semânticas e às funções textual-discursivas da aposição, é possível concluir que esse fenômeno linguístico apresenta íntima relação com as intenções comunicativas dos gêneros discursivos. Diferentemente daquilo que normalmente é divulgado nos compêndios tradicionais em relação ao aposto (a unidade B da aposição), os elementos em aposição não só exercem importantes papéis na construção dos referentes discursivos, mas são também recursos linguísticos indispensáveis na produção de significados.

Referências

- AZEREDO, J. C. O aposto e o intertexto. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Texto e Discurso: mídia, literatura e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 21-33, 2003.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRONCKART, J. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.
- BUT, D. *Using functional grammar: an explorer's guide*. 2. ed. Sydney: Macquarie, 2000.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fename, 1979.

CUNHA, D. A. C. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: MACHADO, A. P.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 53-69, 2003.

DAMATTA, R. Sem culpa e sem vergonha. *Veja*, São Paulo: Ed. Abril. Ed. 2021, 15 de agosto de 2007.

DIAS, N. B. Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo. *Revista Veredas*. Vol. 8, p. 63-77, 2004.

FERGUSON, N. 2009, o ano da grande repressão. *Veja*, São Paulo: Ed. Abril. Ed. 2009, 31 de dezembro de 2008.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3. Ed. London: Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HELIO, S. O que Obama tem a ver com o Brasil? *Veja*, São Paulo: Ed. Abril. Ed. 2008, 12 de novembro de 2008.

LLOSA, A. V. O retorno do idiota. *Veja*, São Paulo: Ed. Abril. Ed. 2007, 9 de maio de 2007.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 9-25, 2003.

MELO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MEYER, C. F. *Apposition in contemporary english*. New York: Cambridge University Press, 1992.

NOGUEIRA, M. T. *A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

PINHEIRO, J. B. G. *Análise sintática: teoria e prática*. São Paulo: Atual, 1990.

Artigo recebido em: 06.05.2015

Artigo aceito em: 08.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015